

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Geni Maria Anschau Zan

**INCLUSÃO ESCOLAR:  
A EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM  
CLASSES REGULARES DE ENSINO**

Santa Cruz do Sul

2015

Geni Maria Anschau Zan

**INCLUSÃO ESCOLAR:  
A EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM  
CLASSES REGULARES DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Freitas do Amaral

Santa Cruz do Sul

2015

## RESUMO

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios das escolas no momento. Envolve não somente a pessoa com deficiência, mas também a família, a escola e a sociedade. Tendo como foco a inclusão escolar, este estudo busca analisar os processos de inclusão de alunos com deficiência em classes regulares de ensino. Buscou-se analisar as circunstâncias em que ocorre a inclusão na escola com os alunos, professores, e gestores da rede pública do ensino regular, avaliando-se esses processos em seus aspectos gerais. O trabalho discute temas pertinentes a partir de renomados autores que fundamentam este estudo: Carvalho (2004; 2007; 2009; 2010), Mantoan (1997) e Correia (1997; 1999). Como metodologia de pesquisa, realizou-se um questionário com 8 professores da rede regular do Ensino Médio Politécnico, afim de mapear a compreensão dos professores acerca da inclusão. Além disso, acompanhou-se diversas atividades desenvolvidas na escola com esses sujeitos, numa perspectiva de pesquisa-participante, buscando compreender as relações que ali se estabeleciam. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para identificar as implicações políticas e pedagógicas no processo inclusivo, problematizando o quanto os professores estão preparados para enfrentar esta nova realidade. Observou-se ainda que a inclusão não ocorre como deveria, pelo fato dos profissionais da educação não se sentirem preparados para a mesma e a ausência de profissionais especializados. Constata-se que a educação inclusiva é um dos maiores desafios que precisa ser superado na escola.

Palavras-chave: Inclusão Escolar – Ensino Regular - Professores

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. REFLETINDO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR.....</b>	<b>7</b>
1.1 O DIREITO A EDUCAÇÃO.....	7
1.2 INCLUSÃO: UM “PROBLEMA” NA REALIDADE ESCOLAR .....	10
<b>2. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO .</b>	<b>16</b>
2.1 A INCLUSÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO.....	18
2.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SEU OLHAR SOBRE A INCLUSÃO .	20
2.3 O PROCESSO INCLUSIVO NA ESCOLA .....	22
2.4. INCLUSÃO ESCOLAR <i>VERSUS</i> FORMAÇÃO DOS PROFESSORES .....	25
<b>3. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: ANÁLISES E METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
3.1 AÇÕES ANALISADAS.....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa-ação e estudos sobre a Inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular de uma escola pública, provocado pela exigência de se continuar a discutir essa temática nos dias atuais, principalmente no que se refere à experiência de alunos com deficiência em classes regulares de ensino.

Os objetivos que me motivaram a realizar esta pesquisa associam-se à necessidade de aprofundar o tema e as práticas referentes ao direito à educação, observando o processo de Inclusão Escolar no Ensino Regular, suas resistências e tensionamentos, identificando as implicações políticas e pedagógicas destes processos na gestão democrática da educação, assim como o olhar acerca do projeto político pedagógico que desafia os professores a compreenderem e comprometerem-se com a realidade que se apresenta.

Os aportes teóricos que fundamentam este trabalho contribuem para ampliar a reflexão sobre inclusão escolar no ensino médio regular, apontando para a necessidade de se criar momentos de estudo, debates e discussões afim de qualificar o planejamento de práticas de inclusão que desafiam todos os segmentos escolares. Dentre os autores, destacam-se, Rosita Carvalho (1997; 2004; 2007; 2008; 2010), Luis de Miranda Correia (1997), Carlos Roberto Jamil Cury (2002), Maria Tereza Montoan (1997) e Marcos Mazota (2004).

Como metodologia da pesquisa-ação investi numa análise qualitativa das práticas de inclusão, realizando uma observação dos sujeitos em seu ambiente de aprendizagem escolar, além de entrevistar 8 professores da rede pública regular do ensino médio politécnico através de um questionário previamente elaborado.

No diálogo com os professores, tive a oportunidade de refletir, a partir de suas práticas e percepções, acerca da inclusão escolar de alunos com deficiência mental e as necessidades educacionais especiais que apresentam.

Embora a escola esteja passando por um processo de transformação ela mantém inflexíveis algumas estruturas, como a inclusão de alunos nas classes regulares que apresentam dificuldade de aprendizagem.

Vivemos um processo de transformação sem fronteiras no mundo da inclusão bem como a necessidade de formar cidadãos capazes de viver nesta sociedade que se reconstrói a todo instante, para tanto necessita rever constantemente sua clientela, valores e metodologias adequando-se as novas necessidades que se apresentam. Também, cabe registrar a importância e o papel dos gestores democráticos junto aos professores para que se concretize uma educação para todos, e principalmente de como trabalhar com alunos inclusos nas salas regulares de ensino público.

Nesse sentido, é um grande desafio efetivar políticas e práticas de inclusão, sem perdermos de vista que, além das oportunidades proporcionadas, é preciso garantir o avanço na aprendizagem dos sujeitos bem como seu desenvolvimento integral. Conforme Cury (2002, p. 53) a educação é um dos agentes fundamentais na evolução do ser humano.

Este trabalho está organizado em seis momentos distintos, porém interligados entre si. No primeiro, contextualizam-se os aspectos sobre o direito a educação. No segundo momento apresenta-se, de forma sucinta a inclusão como um problema na realidade escolar e no processo de ensino. No terceiro, serão colocados alguns desafios da gestão democrática da educação e seus desafios para com a inclusão escolar. No quarto momento o projeto político pedagógico e seu olhar sobre a inclusão bem como algumas considerações na busca da melhoria da qualidade das respostas educativas para uma escola inclusiva. No quinto momento, o processo inclusivo na escola e para concluir, no sexto momento, inclusão de alunos *versus* a formação de professores. Na sequência é apresentada a metodologia, seguida das considerações finais da pesquisa - ação.

## 1. REFLETINDO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

### 1.1 O DIREITO A EDUCAÇÃO

A educação é definida pela Constituição Federal Constituição de 1988 (Art. 205) como um direito de todos e um dever do Estado e da família, e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os artigos seguintes define alguns de seus princípios, como se pode ver:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 206);

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação

Nesse sentido, percebe-se que o Brasil alcançou importantes avanços na cobertura educacional nos últimos anos, atingindo, para as crianças de 7 a 14 anos, taxas comparáveis às dos países mais desenvolvidos do mundo. A garantia do direito à educação não se resume somente previsão de matrícula; é preciso assegurar meios capazes de proporcionar aos alunos condições de permanência, aprendizagem e conclusão, conduzindo assim ao aumento do nível de escolarização da população.

Nesta direção, apontam os objetivos do Plano Nacional de Educação, quando destacam a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso, à permanência e ao sucesso escolar; a democratização da gestão do ensino público; e o aumento da escolaridade da população como desafios da educação nacional.

As políticas educacionais desempenham um papel fundamental para fazer avançar o país em direção a esses objetivos. Os dirigentes da educação, nesse contexto, assumem uma função de destaque, sendo os responsáveis pela gestão da oferta, qualidade e equidade da educação para todas as crianças, jovens e adultos nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A Educação é um dos agentes fundamentais na evolução do ser humano. É um direito inviolável de todos os cidadãos e um dever do Estado assistir a todos com equidade e qualidade. Assim, pode-se dizer que é através da educação que os homens se libertam, se transformam, pois ela é o cerne do desenvolvimento humano, que oferece conhecimento e consciência de responsabilidade social para todos os cidadãos. (CURY, p.53, 2002).

Não só um direito inalienável, como aponta Cury (2002), a educação é também desenvolvimento de nossa condição humana, uma prática que leva os homens a libertarem-se e a viverem em sociedade.

Dessa forma, frente a essa realidade, cabe também à escola realizar seu papel para que a legislação educacional seja cumprida. Os gestores são provocados a pensar em uma escola para todos, visando a construção de uma sociedade igualitária, democrática e justa. Assim, concebendo a educação como direito inalienável de todos os seres humanos, devendo, portanto, ser ofertada a todas as pessoas.

No Brasil, outras legislações complementam o que a constituição a Constituição Federal de 1988 aponta: a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de 1996)*, o *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990)*, que garantem o direito e a educação às crianças e aos adolescentes; e a *Declaração de Salamanca (1994)* que trata dos princípios, das políticas e das práticas na área das necessidades educativas especiais.

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente ratificado pela recente Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Estes direitos educacionais, nessa lógica, precisam ser respeitados e seguidos por todos os profissionais que atuam no contexto escolar.

Frente a esse conjunto de leis, faz-se necessário hoje, mais do que nunca, rever e cobrar responsabilidade do poder público e do sistema educacional no que se refere à promoção e à ampliação das possibilidades de acesso à educação para que todas as pessoas possam exercê-la igualmente.



Pensando como gestores democráticos, uma grande responsabilidade e um importante compromisso diante da sociedade se revelam: é imprescindível, fiscalizar e propiciar ações para a efetivação dos direitos sociais.

Neste contexto, a escola tem o papel de possibilitar e de oferecer alternativas para que todas as pessoas que estejam excluídas do sistema possam ter oportunidade de se reintegrar através da participação onipresente, bem como de lutar pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania. Complementando essa ideia, Bobbio (1992) nos afirma que: “A escola que se deseja deve estar pautada na lógica de um espaço ideal para a construção de uma sociedade justa, igualitária, inclusiva, e de um ambiente democrático com formação para a cidadania”. (1992, p.97).

Deseja-se uma escola que combata todas as formas de exclusão social e entenda o aluno como um ser integral e que possa, ao mesmo tempo, trabalhar a relação escola-aluno-família, incluindo a família nas ações escolares.

Nesse sentido, devemos romper com as visões tradicionais, elitistas e funcionais da escola (CURY, 2002), superando uma visão desta como um “depósito do saber”, buscando assim uma escola includente, libertadora e transformadora, valorizando a diversidade cultural.

A ação de educar em um mundo em constante transformação é tarefa desafiadora, compelindo incluir no currículo práticas educativas que contemplem os Direitos Humanos sem perder de vista sua dimensão humanizadora. É importante considerar que as experiências que se vivencia enquanto gestores, norteiam e alertam sobre a necessidade de aprimorar constantemente o espaço escolar e a importância de se pensar acerca da escola, planejando-a como um espaço acolhedor, uma escola democrática, com um currículo voltado para formação da cidadania plena, ideal para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Apesar do avanço na definição e regulamentação do direito à educação no Brasil, a sua efetividade em termos de garantia de acesso, a permanência e a qualidade de ensino ainda são um desafio, pois distanciam-se da realidade de muitos brasileiros. Não basta apenas o acesso à escola, é preciso condições para se “entrar e permanecer” - qualidade e equidade. Como gestores, faz-se necessário integrar a escola e a sociedade mediante a construção de projetos e ações que objetivem formas de garantir os Direitos Humanos a toda comunidade escolar. É

compromisso de todos, trabalhar em defesa destes direitos fundamentais, intervindo principalmente na efetivação do direito à educação para todos.

## 1.2 INCLUSÃO: UM “PROBLEMA” NA REALIDADE ESCOLAR

O processo de inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular tem sido um tema amplamente discutido nos espaços escolares, pois vivenciamos um momento de abertura e emergência desta temática, destacando-se as trajetórias de alunos com necessidades educacionais especiais nas redes regulares de ensino.

A *inclusão* pode ser entendida como um processo social pelo qual a sociedade se adapta para poder *incluir* em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparem para assumir um papel – seu lugar em igualdade às demais - na sociedade. Em sua efetividade, a inclusão propicia equiparar as oportunidades para todas as pessoas.

A inclusão social institui então, um processo bilateral na qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade, buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 41).

A inclusão escolar, influenciada por diretrizes internacionais, vem se constituindo como prioritária na legislação brasileira desde a década de 1990, com base nos princípios da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Porém a legislação nacional parte do pressuposto que a educação inclusiva se caracteriza como a ampliação de acesso à educação dos grupos historicamente excluídos e das pessoas com deficiência. Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças.

Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino. De modo especial, cabe ressaltar que não é suficiente

apenas esse acolhimento, mas que estes sujeitos tenham condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades.

A Constituição Federal de 1988 trouxe para a sociedade o conceito da Educação Básica como um direito de todos. Paralelamente em âmbito nacional ocorreram movimentos dos sistemas de ensino que concretizou a perspectiva do direito à educação a todos os cidadãos, independente de sua condição social, étnica ou de deficiência. Frente aos movimentos sociais que emergiram com o objetivo garantir espaços de atendimento diferenciado e especializado, principalmente no que se refere às pessoas com deficiência, hoje se amplia esta tarefa para gestores, famílias, escolas e seus profissionais para que os alunos nomeados como público alvo da educação inclusiva passem a ser integrados nas turmas de ensino comum regular.

A educação inclusiva em seu modelo atual de ensino (inclusão nas redes regulares de ensino, não em turmas especializadas) é um desafio para as escolas, pois obriga a repensar a escola, sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas. Faz-se necessário delinear ações e princípios que atendam a todos e não somente os “alunos normais”, mas também aqueles que estão marcados pela exclusão, visto que a educação inclusiva é um dos agentes fundamentais para a integração social.

A inclusão dos alunos com deficiência nas escolas de rede regular constitui um conjunto de recursos pedagógicos e de serviços de apoios muito fragilizados ainda. Frente a essa realidade observa-se que as políticas sociais estão deixando de cumprir com sua obrigação, pois as escolas deveriam estar equipadas e preparadas para facilitar a aprendizagem de todos os alunos com, inclusive os que possuem deficiência de aprendizagens.

Segundo a LDB – Lei de Bases e Diretrizes da Educação a função do poder público é oferecer escolaridade à população em todas as idades com qualidade. E para isso é preciso algumas recomendações ao sistema de educação e ensino. Conforme a LDB – Lei de Bases e Diretrizes da Educação, 1988, deve-se<sup>1</sup>:

1. Implantar a Educação Especial em todas as etapas da educação básica;

---

1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, disponível em: [www.educacao.gov.br/seesp](http://www.educacao.gov.br/seesp), acessado em 02 de outubro de 2015.

2. Promover a rede pública dos meios necessários e suficientes para essa modalidade;
3. Estabelecer políticas efetivas e adequadas à implantação da educação especial;
4. Orientar acerca da flexibilização por adaptações dos currículos escolares;
5. Orientar acerca da avaliação pedagógica e do fluxo escolar de alunos com NEE;
6. Estabelecer ações conjuntas com as instituições de educação superior para a formação adequada de professor;
7. Prever condições para o atendimento extraordinário em classes especiais ou em escolas especiais;
8. Fazer cumprir o Decreto Federal nº 2.208/97, no tocante à educação profissional de alunos PNEE (posteriormente o Conselho Nacional da Educação aprovou o Parecer). CNE CEB nº 4/99;
9. Atender para a observância de todos às normas de educação especial.
10. Atender para a observância de todos às normas de educação especial.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, 1993, os PNEE – Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - são aqueles que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos de caráter temporário ou permanente.

Na antiguidade encontramos narrativas que apresentam problemas com relação à aceitação das diferenças na sociedade. Na mitologia Grega, segundo Brandão (1989) os viajantes que passavam pelo *Procrusto* e eram aprisionados, senão se adequassem ao tamanho padrão, ou seja, se seus pés passavam da cama, estes eram amputados, e os que eram pequenos, eles estendiam suas pernas. As pessoas que nasciam com deficiência eram mortas. No Período Feudal, o portador de deficiência permanece vivo, mas é considerado como pecado, portanto milhares de pessoas foram queimadas na fogueira da inquisição como forma de purificar seus pecados. (BIANCHETTI, 1998, p.51).

Ao final do século XX, problematiza-se as formas de se tratar o indivíduo chamado “deficiente”. Na década de 50, passou a fazer parte do vocabulário da Educação Especial a palavra Integração, que é participação dos estabelecimentos dos padrões de convivência social.

A integração tem como objetivo proporcionar para o aluno um ambiente menos restrito possível, para se aprender com liberdade e ser valorizado. Os alunos com uma ou mais necessidades especiais são integrados na classe regular, em tempo integral, onde possui uma individualização do ensino, devido ao pequeno grupo de alunos, sua metodologia pedagógica é diferenciada. Nesse contexto, é

preciso investir e acreditar que os professores do ensino regular e os professores de educação especial devem desempenhar um papel importante na avaliação do aluno com problemas de aprendizagem.

Os professores serão as pessoas mais bem colocadas para avaliar os problemas de aprendizagem dos alunos. Geralmente, os professores conhecem bem cada um de seus alunos que têm na sala de aula e, por conseguinte, são capazes de distinguir entre amostras válidas de comportamentos que raramente ocorrem ou quaisquer outras condições temporárias. (SMITH; NEISWORTH, 1969 p.92).

A política de inclusão provoca uma experiência de inclusão no ambiente escolar, sendo incluídos os alunos deficientes com necessidades educacionais especiais no ensino regular a partir de um trabalho conjunto entre familiares, alunos, professores da escola e os centros de atendimento especializado. Neste sentido, Werneck (1999) expressa que:

A inclusão não é apenas uma forma generosa de melhorar a vida das pessoas com deficiência. Mas sim a única saída para o país que se dispôs a construir cidadãos para o terceiro milênio (WERNECK, 1999, p. 61).

Um dos pontos positivos da inclusão é que os alunos aprendem a serem mais sensíveis, solidários, compreender, respeitar e conviver confortavelmente com as diferenças e semelhanças individuais. Este é o primeiro passo para uma sociedade inclusiva, com menos discriminação e mais valorização dos alunos com necessidades especiais.

O objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola. Mas apoiam a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, *apud* SASSAKI 1997, p. 114):

Em alguns casos a inclusão de alunos com deficiências crônicas nas turmas regulares torna-se complexa devido a questões estruturais. Por exemplo, um aluno que possui uma deficiência motora severa e que necessite de um acompanhamento constante apresenta-se como um desafio na conjuntura atual da maioria das

escolas, sobretudo quando a atenção do profissional da educação tem que ser dividida entre toda a turma. Para que ocorra um processo de inclusão estruturado e que renda resultados positivos é preciso uma adaptação e preparação profissional e do ambiente da escola, bem como fazer com que as políticas públicas cumpram suas obrigações frente a esse quadro que se apresenta na realidade da maioria das escolas públicas.

Diante a inclusão, como aponta Werneck (1999), as limitações e dificuldades dos estudantes deve estimular a comunidade escolar a superar-se, transcendendo os limites que se apresentam.

Escola é o local onde as gerações se encontram, se entendem e se reconhecem como parte de um todo humano e social indivisível, desenvolvendo juntas a técnica, a intuição, a flexibilidade e a arte de formar, entre si, parcerias indispensáveis para o futuro da nação. Nesse modelo de escola as dificuldades e as limitações (reais temporárias ou não) de cada estudante, funcionam como estímulo para o enfrentamento dos desafios da vida comunitária, que com certeza transcendem os limites do ensinamento que as salas de aula, hoje, proporcionam aos alunos, (WERNECK, 1999, p. 69).

Para efetivamente estabelecer-se como espaço inclusivo, a escola deve verificar e analisar as características, as necessidades e as possibilidades da região onde se situa, dispor de recursos humanos, físicos, financeiros e didáticos da escola. Para que realmente atenda este público diferenciado, necessita de:

PLANIFICAÇÃO adequada e que permita uma comunicação saudável entre o aluno, o professor, os pais e a comunidade. (Não “atirar” o aluno para a classe regular sem qualquer apoio); SENSIBILIDADE (aos pais e à comunidade) Que permita o seu envolvimento com vista ao desenvolvimento global do aluno; FLEXIBILIDADE aceitar o fato de que nem todos os alunos atingem os objetivos curriculares ao mesmo tempo, isto é, considerar uma variedade curricular que se adeque às características individuais de cada aluno (ensino funcional, mobilidade comunitária, preparação para o ensino superior, etc.); FORMAÇÃO (do professor; do administrado/ gestor; de outros técnicos) que poderá ser a nível de instituição de ensino superior, e a nível de formação contínua. (CORREIA, 1995, p. 36, *destaques do autor*)

Correa (1995) destaca ainda que:

As escolas regulares, seguindo orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminantes, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e

atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à **maioria das crianças e** promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (CORREIA, 1995, p. 38)

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino possibilita o resgate da cidadania e ampliação das perspectivas existenciais dos sujeitos. Apesar do avanço que representa uma legislação que determina a criação de cursos de capacitação básica de professores e a obrigatoriedade de matrículas nas escolas da rede pública desses sujeitos, é preciso ainda o envolvimento de toda a sociedade e fazer valer as políticas públicas.

## 2. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO

A gestão democrática da educação tem sido tema de discussões ao longo dos últimos anos nos mais diversos sistemas de ensino de nosso país, contexto fundamental ao se considerar sua importância para a melhoria da qualidade do ensino público. Segundo Gandin (2012).

[...] a Gestão Democrática está baseada na divisão de responsabilidades, priorizando os interesses coletivos e respeitando os interesses individuais, quando estes favorecem a coletividade. O gestor deve reconhecer a necessidade e capacidade da escola, em planejar e organizar a sua dimensão política e pedagógica a partir da gestão participativa envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar num processo dinâmico e articulado. Este caminho é uma das oportunidades de atingir melhores resultados na aprendizagem dos alunos e de todos os envolvidos no processo educativo de acordo com suas necessidades e culturas específicas enfocando a construção coletiva (GANDIN, 2012, p. 85).

A participação da comunidade não deve ficar restrita apenas aos processos administrativos, mas também deve ocorrer nos processos pedagógicos que supõem o envolvimento de todos.

Nesse sentido a divisão de responsabilidades visa à melhoria da qualidade das atividades pedagógicas e administrativas no cotidiano escolar. É inerente ao papel do gestor escolar conduzir a comunidade ao acesso à educação igualitária. O conceito de educação é tratado, neste contexto, como uma das oportunidades de emancipação do homem para o social. (FRIGOTTO, 1995, p. 176).

Arroyo (1987), quando escreve sobre participação na gestão democrática, afirma que:

[...] pensar uma escola a partir de gestão democrática, implica na participação de toda a comunidade escolar nos planejamentos, ações, e decisões, podendo ocorrer através de órgãos colegiados e instituições auxiliares de ensino. ( ARROYO, 1987, p.53).

A democracia permeia todos os princípios da educação democrática: a comunidade escolar como um todo decide e compartilha todos os problemas e



progressos da instituição; os alunos como protagonistas dessa instituição, aprendem todo o conteúdo previsto nos parâmetros que regem a educação no país, e principalmente os princípios democráticos, contribuindo para a democratização de toda a sociedade.

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (Brasil, 1988, art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadão e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática (CURY, 2007, p.12).

A visão participativa de uma escola inclusiva, na qual todos são responsáveis diretamente ou indiretamente pela educação de qualidade, com atitudes solidárias de valorização e respeito ao ser humano e que atenda às necessidades de todos é um desejo manifestado por diferentes segmentos da sociedade.

A escola que queremos é aquela em que o educando é sujeito de seu desenvolvimento. Mas não queremos que este desenvolvimento seja egoísta ou que só se preocupe com cada pessoa isoladamente: pretendemos uma educação em comunidade. Neste esforço queremos uma educação que seja democrática, que se desenvolva num ambiente de liberdade e, ao mesmo tempo, de cidadania. (GANDIN, 2014, p.87).

A educação como prática social, aponta a escola como a principal instituição socializadora do conhecimento, principalmente quando envolve a comunidade nas atividades escolares, afim de que estas se sintam parte da formação de seus filhos. Neste sentido Paulo Freire (1991) sobre essa temática afirma que:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história [...]. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade [...] um centro de debate de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser. (FREIRE, 1991, p. 16).

Dessa forma, reflete-se que não basta apenas que os gestores democráticos em educação pautem as políticas para a escola se esta não for capaz de se

organizar internamente para exercer sua política de gestão administrativa e pedagógica para e com todos aqueles que pertencem à comunidade escolar que a integra.

A Constituição Brasileira (1998) no inciso VI do artigo 206 definiu os princípios em que o ensino seria ministrado e estabeleceu como dois deles “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e, a “gestão democrática do ensino público”. Nesse sentido, tem se observado que a gestão democrática e as discussões avançaram muito nesta última década, que apesar de toda sua tradição autoritária, a escola, tem se constituído em um espaço de reflexão e construção da gestão participativa visando qual sujeito e sociedade a escola objetiva construir a partir de suas práticas.

## 2.1 A INCLUSÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

No contexto atual, o gestor escolar desempenha um papel social relevante na sociedade: cabe a ele saber, como líder, formas de contribuir para a implantação e efetividade das políticas públicas e sociais para que se efetive a incorporação de uma cultura de direitos que contribuam para a inclusão de todos. A escola democrática é vista como instrumento que visa à diminuição das discriminações sociais e, frente a esse contexto, é de fundamental importância a postura do gestor escolar, no intuito de garantir que o direito a educação de qualidade e igualdade seja assegurada a todos, assim como também a gratuidade e permanência na escola.

Neste sentido, a gestão democrática escolar tem como principal objetivo construir uma sociedade comunitária, justa, igualitária e democrática, fundamentada no direito à educação conforme as leis vigentes.

Frente a essa realidade a gestão escolar democrática requer um trabalho coletivo, participativo, reflexivo, dialógico. Para que este processo se efetive é necessário que o gestor crie um ambiente favorável para estas trocas e relações coletivas se efetivarem, pois são de suma importância para toda comunidade escolar, participar nos processos de planejamentos da educação e nos espaços da escola pública.

Nesse sentido Comerlato (2013) contribui dizendo:

[...] entendo que a gestão democrática é uma forma de gerir a educação pautada na participação da sociedade, na sua diferença, baseada no conceito de totalidade referido por Thompson (1981). Totalidade tanto no pensar pedagógico quanto na tomada de decisão frente aos mecanismos de gerir o repensar sobre a educação inclusiva a partir da gestão democrática da educação a escola pedagógica, administrativa, financeira e juridicamente. (COMERLATTO, 2013, p.102).

O gestor deve ser claro em suas comunicações, decisões e incentivar a participação de todos, com um olhar inovador, centrado na eficácia da educação de qualidade, sem atitudes discriminatórias. Estas atitudes permitirão que todos sejam incluídos e não apenas integrados, formando assim, cidadãos que aprendem, além de competências e habilidades, valores e princípios éticos de valorização e respeito com o outro.

Para que a gestão seja democrática, é preciso levar em consideração as relações sociais no cotidiano escolar, as dinâmicas do mesmo ao seu desenvolvimento de forma flexível, além de considerar a participação como princípio fundamental da gestão escolar.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática na escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento de objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação. (LIBANEO, 2004, p.102).

É preciso que, coletivamente (com entusiasmo e esperança) traçar metas, tendo em vista as transformações sociais. Visto que há entraves, obstáculos e a ausência de mobilização da comunidade, os reflexos de uma cultura opressora, sem ação diante da estrutura que bloqueia e não estimula o desenvolvimento da participação. Muitas adaptações e mudanças devem acontecer na reestruturação do espaço, do tempo e da prática pedagógica vivenciada na escola.

Portanto, é importante que a escola pública tenha qualidade de ensino adequado que atenda às necessidades de todos. Pois, talvez seja a única chance dos cidadãos se desenvolverem no processo de aprendizagem, tomar consciência de seus direitos. Diante de tais evidências, precisamos nos comprometer com essa causa que vem assolando nossas escolas.

A Inclusão é um dos agentes fundamentais para a integração de todos no espaço escolar. Neste sentido, as implicações e a viabilização dos gestores democráticos no processo de Inclusão, são de fundamental importância no incentivo e na promoção de interatividades, como atividades culturais, esportivas e confraternizações entre todos da escola, desenvolvendo assim, a função da escola que é oferecer escolaridade para todos conforme legislação vigente (BRASIL, 1996).

A inclusão de alunos com diferentes deficiências e necessidades especiais em classes regulares necessita ser pautada no respeito à diversidade, à dignidade e às particularidades de cada educando. Nesse sentido, concordamos com Carvalho (2010), ao afirmar que:

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse” alunos com “problemas; uma escola que enfrente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seu alunado. (CARVALHO, 2010, p. 98).

Atualmente, já temos avanços consideráveis no processo da inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem na maioria das Escolas de Ensino Regular, que iniciou após a Declaração de Salamanca em 1994. Conforme WERNECK,

A inclusão não é apenas uma forma generosa de melhorar a vida das pessoas com deficiência. Mas sim a única saída para os países que se dispôs a construir cidadãos para o terceiro milênio (WERNECK, 1999, p. 61).

Portanto, cabem aos gestores fazer valer as leis e gerir a unidade escolar permitindo uma comunicação saudável entre os alunos, professores, pais e a comunidade escolar. Oferecer um ambiente que contribua para formação de cidadãos, bem como a apreensão das competências e habilidades fundamentais da vida.

## 2.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SEU OLHAR SOBRE A INCLUSÃO

A participação e a autonomia devem perpassar todo o espaço escolar. De acordo com Moretto (2012), o Projeto Político Pedagógico é o documento mais

importante de uma escola, pois é a essência do trabalho escolar e fruto de um processo global em permanente construção. É a organização do trabalho que está sendo realizado em uma escola, respeitando singularidades e tipologia.

[...] a construção do Projeto Político-pedagógico é um ato deliberativo dos sujeitos envolvidos com o processo educativo da escola. Entendemos que ele é o resultado de um processo complexo de debate, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo (VEIGA, 2008, p. 30).

O momento da construção do Projeto Político Pedagógico, permite uma vivência da democracia a partir da participação de todos, superando relações de conflitos, superioridade, competitividades, possibilitando interações diferentes das que acontecem na rotina da escola. Todos os segmentos da escola deverão pactuar de uma mesma vontade, a fim de realizar mudanças na realidade escolar que garantem a melhora da educação de todos os alunos, sem discriminação, inclusive os que apresentam deficiência de aprendizagem, ou seja, os alunos considerados inclusos.

A elaboração do PPP deve ser coletivo, reflexivo, envolvendo toda a comunidade escolar, sem imposições. É o planejamento do futuro da escola, diferente do que é vivido, cujas reflexões previstas serão afirmadas ou questionadas, avaliadas e então ganham vida no espaço escolar. O Projeto Político Pedagógico pode ser conceituado como um documento que dá ou busca um rumo, uma direção, com compromissos definidos coletivamente, vivenciados a todos os momentos por todos os envolvidos. (VEIGA, 2008, p. 57).

A Constituição Federal de 1998 reafirma no artigo 3º, inciso IV o objetivo principal da escola é a promoção do bem de todos os cidadãos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1998). Esse documento ainda decreta nos artigos 205 e 206, inciso I, respectivamente, a educação como garantia de direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa preparando-a para o exercício da cidadania e estabelece “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

A Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, da Educação Nacional dedica um capítulo inteiro à Educação Especial trazendo o suporte e os aparatos necessários para atender as necessidades dos alunos com

deficiência, portanto, novamente reforçando, cabe aos gestores fazer valer as leis vigentes no país.

A inclusão, atendendo a referida lei, deve partir principalmente da escola ao adaptar-se às diversidades dos alunos, elaborando um Projeto Político Pedagógico, criando um currículo mais adequado, usando métodos, técnicas e recursos educativos, formação dos profissionais e uma organização específica para que ocorra efetivamente a educação inclusiva nas escolas.

### 2.3 O PROCESSO INCLUSIVO NA ESCOLA

A Constituição Federal de 1988 trouxe para a sociedade o conceito de Educação Básica como um direito de todos os brasileiros. Em movimentos paralelos, de âmbito internacional, concretizou-se também, ao longo dos anos, a perspectiva do direito à educação a todo sujeito independente de sua condição de deficiência.

Para que a legislação seja cumprida é importante uma mobilização social que exija movimentos dos sistemas de ensino em todos os níveis. Se alguns anos atrás, a necessidade era garantir espaços para atendimento especializado a esses alunos, o desafio atualmente é dos gestores, famílias, escolas, profissionais da educação e da sociedade em geral, trazer para as salas de ensino comum regular, os alunos considerados inclusos, ou seja, que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem.

A integração tem como objetivo maior, proporcionar para o aluno um ambiente menos restrito possível, pois todos precisam aprender com liberdade e serem valorizados, respeitando sua dificuldade, seu tempo e deficiências. Neste sentido, é importante, não esquecermos que “O homem, na sua essência, é um ser inacabado, num processo contínuo de vir a ser, mediado pelo acesso às interações sociais”. (GADOTTI, 1999, p.44).

Os alunos com qualquer tipo de deficiência, conforme a LDB, Lei de Bases e Diretrizes da Educação de 1988, devem ser inseridos nas salas de classe regular em tempo integral, com direito de uma individualização do ensino e metodologias pedagógicas diferenciadas conforme suas necessidades e dificuldades. No entanto, a inclusão não está ocorrendo na maioria das escolas como deveria, principalmente

pelo fato dos profissionais da educação não se sentirem preparados para este processo e pela ausência de profissionais especializados. Sabemos o quanto é importante e necessário o acompanhamento dos profissionais especializados para atenderem estes alunos e darem suporte para os professores dentro da sala de aula de ensino regular.

A Educação Especial é um dos agentes fundamentais para a integração de todos nas escolas, porém, antes de tudo, para que ocorra um processo de inclusão bem estruturado e que renda bons resultados, é necessária uma boa preparação profissional envolvendo também toda a comunidade escolar, do ambiente como um todo e a adaptação do espaço físico das escolas. Assim, envolvendo todos os segmentos da escola podemos sonhar com uma verdadeira inclusão em nossas escolas.

Diante da inclusão a responsabilidade da escola é bem clara.

Escola é o local onde as gerações se encontram, se entendem e se reconhecem como parte de um TODO humano e social indivisível, desenvolvendo juntas a técnica, a intuição, a flexibilidade e a arte de formar, entre si, parcerias indispensáveis para o futuro da nação. Nesse modelo de escola as dificuldades e as limitações (reais temporárias ou não) de cada estudante, funcionam como estímulo para o enfrentamento dos desafios da vida comunitária, que com certeza transcendem os limites do ensinamento que as salas de aula, hoje, proporcionam aos alunos. (WERNECK, 1999, p. 69)

É muito importante que a escola analise as características, as necessidades e as possibilidades da região onde se situa, precisa dispor de recursos humanos, físicos, financeiros e didáticos na escola, precisa ter expectativas, muito interesse, motivação, não só da escola, mas também dos pais e alunos, enfim de toda a comunidade escolar.

Existem avanços em relação à inclusão, porém os desafios são inúmeros e complexos em relação a alunos com deficiências. Quando se trata de inclusão, refere-se ao acesso, ao ingresso e à permanência de todos os alunos em nossas escolas regulares de ensino como aprendizes de sucesso, garantindo a qualidade social do ensino-aprendizagem a todos.

A proposta inclusiva diz respeito a uma escola de qualidade para todos, uma escola que não segregue, não rotule e não “expulse”; uma escola que enfrente, sem adiamentos, a grave questão do fracasso escolar e que atenda à diversidade de características de seu alunado (CARVALHO, 2010, p.98).

Neste sentido, a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares deve ser pautada no respeito à dignidade à singularidade e as particularidades de cada educando. As diferenças podem ser as mais diversas, mas o que deve ser priorizado é a preservação da dignidade humana na busca de uma cidadania plena, através de práticas fundamentadas nos princípios da dignidade humana e dos direitos humanos, superando qualquer forma de discriminação. Portanto, cabe a nós a busca por solidariedade, respeito e dignidade, para que todos possam viver de forma digna e igualitária. Ao buscar a construção desta sociedade mais justa, e solidária, assegurando o respeito às diferenças, é que se faz necessário à proposta da educação inclusiva, respeitando a igualdade de direitos e ao acesso à educação de qualidade e permanência para todos.

Na realidade educativa das escolas, ainda permanecem inúmeros obstáculos, barreiras, com respeito ao acolhimento da diversidade em especial com alunos considerados inclusos. As barreiras mais significativas para o atendimento educacional escolar com alunos inclusos são de cunho atitudinal frente à diversidade.

Frente as vivências diárias na escola com as mais diferentes culturas concordamos quando SAVIANI (1985) afirma que “a educação somente poderá ser eficaz, caso ela responda às características peculiares de aprendizagem de cada aluno” (SAVIANI,1985, p. 77).

Neste sentido, é importante ressaltar que uma escola que se diz inclusiva tem como objetivo proporcionar para todos os alunos um ambiente menos restrito possível, pois todos precisam aprender com liberdade e serem respeitados e valorizados dentro de suas deficiências e limitações. O reconhecimento de que os alunos aprendem segundo suas capacidades, não surge de uma hora para a outra, acolher as diferenças tem sentido para a escola e fará com que ela rompa com os seus posicionamentos sobre o desempenho escolar padronizado e homogêneo dos alunos quando esta perceber e compreender estas variações.

Reforça-se que a busque escola realmente desempenhar seu papel quando não somente se restringe a ensinar aos alunos que tem um bom desempenho esperado pela escola, mas para todos independente das dificuldades que apresentam.



As escolas inclusivas são escolas para todos os alunos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda as diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer um dos alunos. Sob essa ótica não somente de portadores de deficiências seriam ajudados e sim, todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporais ou permanentes, apresentam dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento. ( CARVALHO, 2007, p. 29).

Neste sentido, é fundamental reconhecer o significado da inclusão para que as pessoas com deficiências tenham assegurado seu direito à participação nos ambientes comuns de aprendizagens. A escola que valoriza as diferenças aproxima a escola comum regular da área da Educação Especial, na medida em que essa última passa a ser construída no contexto escolar como uma modalidade transversal, perpassa todos os níveis e etapas do ensino.

Nessa perspectiva, escolas inclusivas são aquelas estruturadas para todos os alunos, ou seja, escolas que tem objetivo de atender as diversas necessidades do aluno, visando uma melhoria no processo ensino aprendizagem, e principalmente na construção e formação de cidadãos críticos e atuantes.

#### 2.4. INCLUSÃO ESCOLAR *VERSUS* FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Em virtude de novos discursos a respeito da educação inclusiva, a escola vem passando por um processo de transformação conceitual, procedimental e atitudinal. Esta nova realidade que se apresenta “exige” que os professores participam de processos de formação continuada ofertada pela escola, pois estes momentos possibilitam uma rede articulada de ações que garantem o processo de inclusão de alunos com as mais diversas deficiências em todos os níveis e modalidades da educação, apoiando, mediando, complementando e suplementando a escolarização de alunos, através de recursos e estratégias específicas, viabilizando, desta forma, o processo de construção do conhecimento.

A formação de professores traz consigo aspectos relevantes que constituem o ser professor e vem sendo foco de análise por vários estudos e pesquisas nas últimas décadas.

O conhecimento e a experiência profissional como lócus da prática educativa, trás a luz reflexões acerca das questões que permeiam a profissão docente. A

formação docente implica um conhecimento das relações que estruturam sua própria formação, considerando o professor como sujeito inserido num debate para além do campo de sua atuação.

A prática reflexiva, enquanto prática social, só pode ser realizada em coletivos, o que leva à necessidade de transformar as escolas em comunidades de aprendizagem nas quais os professores se apoiem e se estimulem mutuamente. A escola como lugar da formação de seus próprios professores tem dimensão emancipatória no processo que desencadeia as condições de mudança institucional e social que se deseja a partir do trabalho docente. ( PIMENTA, 2002, p.26).

Na maioria dos contextos, as escolas não estão preparadas para receber e atender os alunos que possuem necessidades específicas de aprendizagem, decorrente da falta de formação e/ou capacitação de professores para atuar junto a esses alunos.

Quanto sua perspectiva, a formação do professor diante a inclusão, exige uma preparação diferente:

Quanto a nós, e tendo em conta a filosofia da integração que nos parece um processo irreversível e que exige uma preparação diferente, que do professor do ensino regular, que deverá assumir uma responsabilidade quanto ao ensino da criança com NEE, quer do professor de educação especial que deverá assumir um papel de apoio e de consulta, as soluções são várias. Os Cursos Superiores de Educação do país deverão incluir uma vertente em educação especial constituída por um mínimo de três módulos (por exemplo: Introdução à educação especial; Avaliação e programação em educação especial; e Adaptações curriculares em educação especial) e, até, um estágio de pelo menos, um semestre. Só assim, a nosso ver é que o professor do ensino regular poderia vir a adquirir um mínimo de aptidões necessárias para lidar com a criança com NEE, ou seja, o tipo de formação recebida permitir-lhe-ia identificar os casos em risco e intervir propriamente, com ou sem o apoio do professor de educação especial. Naturalmente que os casos mais “graves” seriam encaminhados para o professor de educação especial e/ou para outros especialistas. Considerando este aspecto, então haverá necessidade de um outro tipo de formação mais especializada e que deverá ser do tipo pós-graduação. Aqui, o papel, quer das Escolas Superiores de Educação quer das Universidades, é determinante. Os programas de Pós-Graduação poderiam ser oferecidos pelas Escolas Superiores de Educação e pelas Universidades, devendo os mestrados e doutoramentos ser da responsabilidade exclusiva das Universidades. (CORREIA, 1995, p. 161-2)

O educador é a peça fundamental para o processo da Inclusão de um aluno com necessidades especiais, além de ser um educador, precisa ter muita calma, ser

bastante atencioso, e principalmente ter conhecimento e usar de metodologias diferenciadas.

Cabe ressaltar a importância de trazer o tema em estudo constantemente nas reuniões de formação continuada de professores, pois sabemos que a Inclusão é um desafio para todos nós, reflexo dos problemas estruturais com os quais temos convivido diariamente. É preciso encontrar soluções compatíveis, remover barreiras com urgência, para melhorarmos as respostas da inclusão escolar na escola.

O professor precisa ser muito coerente nos conteúdos ensinados, dar atenção para o aluno que apresentam necessidades especiais. A primeira atitude que o professor deve tomar é de fazer cursos de formação e capacitação, elaborar adaptações curriculares que favoreçam a expressão produtiva da escolaridade para todos os seus alunos.

As adaptações são muito importantes, pois, garantem a cada aluno as respostas educacionais de que necessita, sejam elas quais forem, bem como qual natureza e complexidade o forem.

A educação obrigatória é um direito para todos os alunos. Por isso, é altamente necessário fazer todo o possível para que todos os alunos aprendam e progridam. Para isso, é preciso procurar e esgotar todas as vias, métodos e meios de ensino que permitam aos alunos aprender e alcançar os objetivos educativos.

Um dos grandes desafios que se coloca a escola inclusiva são a preparação, interação e conscientização da equipe pedagógica, bem como na formação, participação e formação de professores, ainda que se façam necessários programas de formação mais significativos para uma qualificação maior desses profissionais.

Na perspectiva dessa abordagem, não é difícil verificar como a escola pode contribuir para o sucesso ou o insucesso do aluno e, que através desses mecanismos, forma-se o tipo de ser humano desejável para uma determinada sociedade.

Diante disso, é necessário o envolvimento de todos, pois o processo de inclusão exige da instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os alunos da escola, pensando e planejando diversas metodologias de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes e posturas dos professores e demais segmentos da escola.

Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62) a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado.

### **3. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: ANÁLISES E METODOLOGIA**

Este estudo sobre Inclusão Escolar, deu-se a partir de uma pesquisa-ação realizada em uma Escola Pública de Ensino Médio, da cidade de Venâncio Aires, observando a atuação de um grupo de professores e de alunos com Deficiências, incluídos nas classes regulares.

Esta é uma das Escolas da rede Pública de Ensino que se localiza no centro da cidade, os alunos economicamente são de classe média e classe média baixa.

A Escola oferece atendimento a alunos desde o primeiro ano do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, também oferece a Modalidade EJA – regular-Ensino Médio Politécnico, 2 Salas de Recursos e 1 Classe Especial, distribuídos em trinta e nove turmas, atendendo a um total de um mil cento e setenta e seis alunos. Conta com um total de oitenta e sete professores, três orientadores educacionais, quatro supervisoras e dezenove funcionários.

A Escola dispõe de vinte e sete salas de aula, possui um laboratório de Informática, biblioteca, cozinha, refeitório, ginásio de esportes, pátio, além do espaço destinado a secretaria, sala de professores, sala de reuniões e coordenação pedagógica.

O Regimento Escolar no que se refere à metodologia a ser adotada define; A Escola como espaço de formação e informação em que a aprendizagem favorece a inserção do aluno na sociedade, recebe a educação escolar como uma prática que tem possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades, e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação, de maneira crítica e construtiva.

A metodologia é construída pelo professor, a cada dia, tendo em vista as demandas e características dos educandos, da turma e o contexto da Escola.

O Regimento Escolar prevê Progressão Continuada nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Progressão Parcial nas Séries Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio Politécnico as dificuldades de aprendizagens são trabalhadas paralelamente, mesmo assim o aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem é

promovido à série seguinte, podendo prosseguir seus estudos com acompanhamento específico do professor, visando sanar suas dificuldades.

Este estudo deu-se a partir de uma abordagem qualitativa, que tem como foco a obtenção de dados descritivos, coletados através do contato do pesquisador com a situação a ser pesquisada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a realidade atual e a perspectiva dos participantes.

O objetivo desta pesquisa-ação foi investigar se os professores que atuam no Ensino Médio Politécnico Regular tem conhecimento sobre a legislação vigente, se as políticas públicas estão presentes quando se trata sobre a Inclusão Escolar, também sobre concepção de escola inclusiva. Outro objetivo é em relação ao Projeto Político Pedagógico, se os professores tem ciência de como é abordada a Inclusão, e se os mesmos sentem-se preparados para trabalhar com alunos incluídos nas classes regulares que apresentam deficiências. Também esta pesquisa-ação objetiva ratificar a importância da formação dos professores, e se esses utilizam metodologias, teórico-práticas que atendam a todos os alunos e se a escola como um todo está preparado para a Inclusão de alunos que apresentam deficiências.

O estudo teve como fonte de pesquisa-ação a observação de algumas atividades realizadas na escola, como palestras, reuniões e também observação e análise dos projetos vivenciados na escola e a pesquisa de campo. Na pesquisa de campo foram entrevistados 8 professores, no entanto todos os professores se mostraram disponíveis e entregaram o questionário respondido.

Os professores entrevistados atuam no Ensino Médio Politécnico Regular, todos com graduação completa na área do conhecimento que atuam a faixa etária, é de trinta a cinquenta anos de idade, a maioria contratados a mais de cinco anos. Finalmente, fez-se uma análise e interpretação de dados, visando à resposta dos problemas da pesquisa, à luz do referencial teórico.

A aplicação desta pesquisa-ação neste trabalho permitiu reflexões mais aprofundadas e descrever as dificuldades enfrentadas pela escola na inclusão de alunos com deficiências e também identificar ações pedagógicas. As combinações desses procedimentos proporcionaram um levantamento de dados e ações capazes de gerar resultados significativos para o trabalho desenvolvido.

### 3.1 AÇÕES ANALISADAS

O presente estudo, pesquisa-ação foi realizado com professores de uma Rede de Ensino Pública Estadual, no município de Venâncio Aires, sendo estes representantes da Educação. A entrevista realizada constou de 8 perguntas abertas. Os professores parceiros tiveram dificuldade em responder e entregar o questionário no dia e hora marcada devido às inúmeras atribuições que fazem parte da profissão, sendo que a maioria trabalha uma jornada de 60 horas semanais.

Na pesquisa de campo realizada constatei que os professores sentem-se ainda muito inseguros diante ao processo de Inclusão Escolar de Alunos com Deficiências nas Classes Regulares de Ensino, demonstrando não estarem preparados para o mesmo.

Analisando as respostas dos questionamentos, foi possível observar que na questão número 1, que questiona sobre a Legislação vigente, atualização ou artigos lidos ou estudados sobre Inclusão Escolar, a maioria, ou seja, 75% não conhecem a Legislação e as políticas sociais que tratam sobre a Inclusão Escolar, são resistentes, demonstrando medo diante do “novo” perfil de escola que está se configurando. Quanto a atualização ou artigos sobre o assunto em foco, somente 25% entrevistados conhecem a legislação e citaram artigos e participam de formação continuada e cursos sobre Inclusão Escolar, consideram a escola em parte inclusiva, porém aponta alguns aspectos que não funcionam em nossa escola quando se trata de escola inclusiva.

A segunda questão refere-se à concepção sobre inclusão escolar, se consideram a escola inclusiva. Dos 8 entrevistados 75% responderam que não consideram nossa escola inclusiva, mesmo não tendo muito conhecimento sobre o assunto. Relatam não estarem preparados para enfrentar este quadro que se põe. Demonstraram certa preocupação em relação ao espaço físico que não está adequado, principalmente para os alunos que são deficientes visuais. Os outros 25% entrevistados consideram a escola inclusa, não plenamente, porém, com um olhar especial para sanar alguns empecilhos que ainda persistem na escola para se tornar plenamente inclusiva, uma escola para todos, na qual seja promovido o direito da educação para todos, independentemente do grau de dificuldade que o aluno apresenta.

Na sequência dos questionamentos foi abordado o Projeto Político Pedagógico e a Inclusão. Percebe-se que ainda há muito para avançar se tratando de inclusão. Dos entrevistados, 80% participantes sinalizaram não estarem preocupados e não terem muito conhecimento como e o que versa no PPP sobre a Inclusão Escolar de Alunos na Classe Regular de Ensino. Apenas 25% sabem e conhecem o PPP da escola e o que trata referente a Inclusão escolar. Comentaram que sentiram a necessidade de pesquisar o PPP porque tem alunos inclusos e não sabiam como lidar com o “problema” e como unir a teoria a metodologias que atendessem a todos os alunos, inclusive os com deficiências. A questão número 4 aborda, como abranger a todos os alunos, por exemplo, os de nossa escola que não apresentam apenas deficiência na aprendizagem, como deficientes visuais, os possuem autismo associado, down, deficiência mental, etc. Como unir a teoria com a prática pedagógica existente em nosso trabalho direto com o aluno? Os 25% dos professores que haviam respondido na questão anterior que tem conhecimento do Projeto Político Pedagógico, responderam não terem grandes dificuldades em planejar e pensar a prática x teoria para que todos aprendam independente das deficiências. Sendo que 50% dos entrevistados responderam ser impossível atender a todos estas diversidades, primeiro porque não estão preparados nem os alunos – colegas não estão preparados. Sem preparar todos os segmentos da escola é inviável unir a prática com a teoria. Também 25% relataram que unir a prática com a teoria é uma tarefa extremamente árdua e que exige muito trabalho, estudo, vontade tanto do professor e alunos quanto da equipe diretiva e pedagógica. O professor necessita de formação constante, pleno domínio do conteúdo que quer ministrar em sala de aula e apoio de profissionais especialistas em Educação Especial.

Alguns alunos inclusos sofrem na escola porque a escola ainda não sabe lidar com tal situação. Conforme Carvalho;

É preciso valorizar a diversidade em conjunto com as teorias e culturas, para assim sobrepor as barreiras e colisões que existem na sociedade ofertando desse modo melhorias no âmbito educacional da maneira que se espera para o desenvolvimento do país... Uma educação acolhedora que tem em vista considerar em toda área educacional todos os estudantes no seu benefício à escolarização. (CARVALHO,2013, p.41)



Neste sentido, as dimensões da diversidade cultural do que se refere à inclusão no ambiente escolar, propõe uma reformulação nas práticas pedagógicas para melhor incluir as diferenças e assim formar cidadãos que pensam a diversidade com um posicionamento que vise o respeito de cada uma das diferenças.

Quanto aos questionamentos sobre as ações das políticas públicas, administrativas e pedagógicas, todos ou seja 100% dos entrevistados responderam que as três esferas deixam a desejar, considerando as ações insuficientes, e que essas não vêm ao encontro das práticas políticas pedagógicas e administrativas.

Sobre Educação Inclusiva, 80% dos entrevistados acredita em parte que é viável fazer acontecer a Inclusão Escolar nas Classes Regulares é preciso preparar toda a comunidade escolar em especial professores, alunos, funcionários e familiares que tenham ou não em seu meio alguém com deficiências. Os demais 20%, apostam na Inclusão a partir da formação continuada dos professores de todas as áreas do conhecimento e acreditar que independente das deficiências todos tem capacidade de aprender, porém, com limitações.

Para Sanches e Teodoro:

Educação inclusiva não significa educação com representações e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas [...] (SANCHES; TEODORO; 2006, p.73).

Reforçando a ideia do professor entrevistado quando sugere grupos de estudos é importante lembrar que:

É necessário "[...] garantir que, no contexto duma mudança sistêmica, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 2).

A Lei de Bases e Diretrizes Nacionais, reforça a ideia da importância de estudos dos professores e demais segmentos escolar para que a inclusão realmente se concretize.

A formação dos professores é essencial para que haja a inclusão. Desse modo, para atuar com alunos com necessidades educativas especiais, os professores devem comprovar sua formação para tal, e, assim, de acordo

com as Diretrizes (2001, p. 31-32), "[...] perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial".( LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -1996)

Na questão número 7 os professores parceiros entrevistados fizeram comentários sobre a preparação de todos os segmentos da escola para trabalhar e conviver com alunos que apresentam necessidades especiais. Dos entrevistados 62,5% relataram que a escola não está plenamente preparada, afirmando que há muito ainda o que fazer para mudar a atual realidade. Na mesma questão 25% dos entrevistados respondeu que os professores sentem-se angustiados, frente a realidade, e muitas vezes não sabem lidar com situações diferenciadas, mas acreditam que a escola está preparada para atender esse quadro que está aí. Apenas 12% dos entrevistados não quiseram se manifestar, preferem ficar no silêncio.

Para encerrar a entrevista questionou-se na questão de número 8, em situações de alunos inclusos nas classes regulares de ensino, é possível o professor administra suas aulas para que os alunos com deficiências acompanhem o resto da classe. 62,5 % responderam que sim e que a motivação, a afetividade são os principais recursos que fazem com que todos os alunos se envolvam comprometendo-se com a proposta pedagógica do professor. Também 12,5% responderam que é possível em parte os alunos com deficiências acompanhar os demais da classe proporcionando adaptação curricular que permite atividades facilitadoras, que todos, de uma ou outra forma conseguem expressar sua compreensão, seja escrita, oral, ou ainda pela representação gráfica. Os outros 25% preferiram não comentar, não se sentem preparados, não sabem como trabalhar com “diferentes” alunos na mesma classe.

Os dados do gráfico acima foram coletados através de uma entrevista semi - estruturada (em anexo), apoiada em teorias e hipóteses que interessam á pesquisadora e que fornecem amplo campo de interrogativas, que servirão para a criação de novas hipóteses que irão surgindo de acordo com as respostas do informante.

Ao realizar o questionário - entrevista com os professores de uma Escola Pública do centro de Venâncio Aires, em um primeiro momento ficou evidenciado o

despreparo e a falta de formação sobre a Inclusão de alunos com deficiências nas classes regulares de ensino. Percebeu-se a dificuldade que a maioria deles apresenta em relação ao uso de práticas metodológicas na sala de aula que possibilitam para que todos os alunos aprendam.

Diante das abordagens e relatos dos professores entrevistados concordamos com Carvalho (2010), ao afirmar que:

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer um dos alunos. Sob esta ótica, não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento (CARVALHO, 2007, p.29).

Segundo as palavras de Carvalho (2007), a escola inclusiva é aquela que está estruturada para atender à todos os alunos, ou seja, que atende às diversas necessidades do aluno, visando seu pleno desenvolvimento.

Assim, partir da análise dos relatos dos sujeitos entrevistados, é possível identificar também diferentes visões sobre a inclusão escolar de alunos com deficiências nas classes regulares de ensino. Os docentes, deram maior destaque para as questões pedagógicas, compartilhamento do espaço físico, também enfatizaram a ausência de ações políticas, públicas e administrativas.

A escola somente será um espaço realmente incluso quando todos trabalham em conjunto utilizando no cotidiano, práticas inclusivas de respeito, valorização e solidariedade, visando atender às necessidades de todos os alunos.

A ideia da presença de alunos com necessidades especiais na classe regular constitui-se, como principal aspecto do conceito de inclusão.

Tendo em vista essa meta, Beyer (2006), acrescenta que:

O desafio é construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário pondo em andamento na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um (BEYER 2006, p. 76).

Os participantes da entrevista, em geral, apresentaram respostas pouco abrangentes, focalizando apenas algumas dimensões do referido conceito, respostas estas que parecem mais relacionadas às ideias de inclusão recentemente mais difundidas nos meios de comunicação. Enfatizaram que a principal dificuldade encontrada até o momento na efetivação do processo de inclusão é a falta de políticas públicas e sociais.

O relato dos professores que participaram da entrevista deixou evidente a preocupação com a falta de orientação no trabalho junto aos alunos com necessidades especiais. Mesmo aqueles professores que participam da formação pedagógica na escola, afirmam que o que está sendo feito não é o suficiente para atender as demandas que surgem durante o processo inclusivo.

Para a maioria dos entrevistados este processo apresenta obstáculos para a efetivação de ações e projetos comprometidos com os princípios inclusivos, isso foi visto pelos participantes sobre diferentes enfoques. A maioria evidencia uma posição favorável à inclusão dos alunos com necessidades na educação regular, talvez por estar sendo discutido muito atualmente..

Conforme Carvalho, (2004),

A escola hoje deve ser um ambiente acolhedor e prazeroso, que proporcione a todos os alunos o acesso, a permanência, bem como, o aprendizado com sucesso e qualidade, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sociais ou culturais (CARVALHO, 2004, p.37).

Na mesma perspectiva, Azevedo e Cunha (2008) afirmam que:

(...) momentos de discussões, bem como situações onde os envolvidos possam construir a aprendizagem, sendo cada um protagonista consciente de suas atitudes, sem perder a especificidade de suas funções, buscando a construção do processo coletivo para que aconteça justiça social, onde a escola possa contemplar a diversidade de TODOS os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (AZEVEDO; CUNHA, 2008, p.68).

A participação de todos os envolvidos no processo educacional inclusivo é determinante para atender e superar as dificuldades que enfrentamos no contexto escolar. Neste sentido Tesani, que afirma que:

O primeiro passo [...] é construir uma comunidade inclusiva que englobe o planejamento e o desenvolvimento curricular; o segundo passo do processo é a preparação da equipe para trabalhar de maneira cooperativa e compartilhar seus saberes, a fim de desenvolver um programa de equipe em progresso contínuo; o terceiro envolve a criação de dispositivos de comunicação entre a comunidade e a escola; o quarto abrange proporcionar a criação de tempo para reflexão sobre a prática desenvolvida (TESANI, 2010, p.292).

Percebe-se, dessa forma que, o conceito de educação inclusiva pressupõe respostas educativas das escolas a todos os alunos que se encontram na escola, seja qual for a modalidade de ensino, tendo em vista a efetivação do processo ensino aprendizagem com base na diversidade e não mais na homogeneização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar e levar em consideração as demandas atuais da Educação Especial, constituir um ponto de partida para desacomodar certas tradições às quais estamos acostumados.

A partir da pesquisa realizada, destaca-se a importância de se investir nos processos de inclusão escolar, iniciando com um trabalho junto à professores e técnicos, mas também envolvendo outros segmentos da comunidade escolar. Ao analisar o posicionamento de alguns professores, pode-se concluir que as posturas de resistência que apresentam sejam reflexo da falta de formação pedagógica para lidar com o processo de inclusão, necessitando rever e assumir uma nova metodologia, haja vista a grande preocupação destes com os conteúdos previstos e que o aluno precisa dar conta.

. Os professores entrevistados, são todos graduados, trabalham em área de conhecimento específicos, porém, encontram dificuldades na elaboração do currículo adaptado e administrar uma aula que envolva todos os alunos de forma prazerosa, proveitosa e que aprendam.

Este foi um estudo de grande valia para o meu crescimento profissional, onde cada vez mais procuro investigar e conhecer essa área encantadora. Portanto, estou me qualificando e buscando cada vez mais ensinamentos sobre a Inclusão Escolar.

Frente ao processo de inclusão, percebi o quanto este processo é importante e encantador, não somente na escola, mas também em toda a sociedade, sendo que, os pais e professores, são peças fundamentais no processo de inclusão.

Minha interação com os professores foi muito importante, pois pude perceber as angústias dos mesmos, e a preocupação deles com os alunos inclusos que não possuem atendimento especializado. O medo do “novo” e a angústia causada pela possibilidade de não dar conta dos conteúdos previstos, aliada a poucas leituras e acesso a cursos são fatores determinantes na postura do professor frente ao processo de inclusão.

Portanto é de fundamental importância o poder público providenciar oferta de cursos de formação continuada para os professores e disponibilizar de profissionais especializados para atuar junto a escola e família.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. A. (Org.) **Da Escola Carente a Escola Possível**. São Paulo: Loyola, 1986.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BIANCHETTI, Lucídio. **Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 21-51.

BOAVENTURA, Edivaldo. **A Educação Brasileira e o Direito**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Federal nº 6.571 de 17 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto Federal nº 6.949 de 25 de setembro de 2009.

\_\_\_\_\_: Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei do Plano Nacional de Educação – Lei N. 10.172/01**

\_\_\_\_\_. **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei N. 8.069/90**

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cartografia do Trabalho docente na e para a educação inclusiva**. Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.



\_\_\_\_\_. **Removendo barreiras para a aprendizagem.** Porto Alegre: Editora mediação, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escola inclusiva: A reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com Necessidades Especiais nas classes de Ensino Regular.** Portugal, 1997. p.161-2 e 169.

\_\_\_\_\_. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Editora Porto, Porto – Portugal, 1999. (Coleção Educação Especial).

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CURY, Augusto. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes.** Rio de Janeiro, 2007.

COMERLATTO, Luciani Paz. **A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista: a parceria público privado.** Porto Alegre, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar Teoria e Prática.** Goiânia: Ed. Alternativa, 5ª edição, 2004.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Cortez, 1995.

**FREINET, CELESTIN. Por Uma Pedagogia Mais Humana. França, 1974.**

GADOTTI, Moacir (2000, p.38). **A Escola e o Professor e a paixão de ensinar.** Paulo Freire.

\_\_\_\_\_, Moacir (1999, p.44). **História das ideias pedagógicas.** Editora Atica.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** São Paulo: Loyola, 1999.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memmo: Editora: SENAC, 1997, 235 p. BRASIL.

\_\_\_\_\_, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência:**

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas** Ministério da Educação. Decreto Federal nº 5296 de 02 de dezembro de 2004.

Ministério da Educação. **O Direito a Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Brasília. Escola de Gestores da Educação Básica, 2012.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia.** São Paulo: Summus, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

SEESP/MEC. Brasília: MEC, **Secretaria de Educação Especial.** 2006

SOUZA, João Francisco de: **Uma pedagogia da Revolução: a contribuição do governo de Arraes.** (1960 a 64) reinvenção da educação brasileira, São Paulo, Cortez: Autores associados, 1987.

SOUZA, Vera Lúcia Pereira, **História da Educação Especial,** 2006.

VAIER, Pierre; Roncin, Charles. **Integração da criança deficiente na classe.** São Paulo- SP. Editora Manole Ltda. 1989.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

WERNECK, Claudia. **Escola de Gente,** 1999, p. 69.

\_\_\_\_\_, Cláudia. **Quem cabe no seu todo.** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

SEESP/MEC. Brasília: MEC, **Secretaria de Educação Especial.** 2006

SOUZA, João Francisco de: **Uma pedagogia da Revolução: a contribuição do governo de Arraes.** (1960 a 64) reinvenção da educação brasileira, São Paulo, Cortez: Autores associados, 1987.

SOUZA, Vera Lúcia Pereira, **História da Educação Especial,** 2006.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VAIER, Pierre; Roncin, Charles. **Integração da criança deficiente na classe.** São Paulo- SP. Editora Manole Ltda. 1989.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

WERNECK, Claudia. **Escola de Gente,** 1999, p. 69.

\_\_\_\_\_, Cláudia. **Quem cabe no seu todo.** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

## **APÊNDICES**



**ALUNA: GENI MARIA ANSCHAU ZAN – POLO SANTA CRUZ DO SUL**  
**QUESTIONÁRIO – ENTREVISTA PARA PESQUISA DE CAMPO / TCC - 2015**

- 1- Poderias relatar como ficou conhecendo a legislação atual sobre inclusão escolar? E como você faz para se atualizar sobre isso? Poderias citar algum artigo da legislação vigente sobre Inclusão que lembra no momento?
- 2- Sobre concepção de Escola Inclusiva, consideras a nossa escola inclusa, adaptada para acesso de todos os alunos inclusos? Em seu ponto de vista o que pode melhor ou ser modificado?
- 3- Ao promover a Inclusão é preciso rever o PPP e o currículo da escola, esse processo pode vir a prejudicar o grupo da escola, os alunos e trabalho pedagógico? Justifique sua resposta.
- 4- Como abranger a todos os alunos, por exemplo, os de nossa escola que não apresentam apenas deficiência na aprendizagem, como deficientes visuais, os possuem autismo associado, down, deficiência mental, etc. Como unir a teoria com a prática pedagógica existente em nosso trabalho direto com o aluno?
- 5- As ações políticas públicas, administrativas e pedagógicas são desenvolvidas em nossa escola? Elas têm colaborado para a inserção do sujeito “diferente” na escola?
- 6- Fala-se tanto em Inclusão Escolar, como lidar, fazer a inclusão realmente acontecer plenamente se os professores e a comunidade escolar ( maior parte) não estão preparados e desconhecem o assunto?
- 7- Gostaria que fizesse um breve comentário sobre os professores que atuam na rede regular de ensino em nossa escola, também os funcionários, se estes estão preparados para trabalhar com alunos que apresentam necessidades especiais. E a escola, como um todo, está preparada?
- 8- Gostaria de saber em que situação os alunos são inclusos em um ensino regular. Como os professores estão fazendo para que estes alunos acompanhem o restante da turma?